

Dos mitos de fundação às práticas políticas: os projetos de usos do passado em questão

Diogo da Silva Roiz

SOIHET, R.; ALMEIDA, M. R. C.; AZEVEDO, C.; GONTIJO, R. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 543 p.

Esta obra aborda como são organizados os discursos sobre os mitos de fundação da nação brasileira, e, por meio deles, estabelecem-se práticas e projetos políticos em torno dos quais se conjugam certos usos do passado no presente, de modo a justificar, embora parcialmente, as tomadas de decisão. Ou, para dizer o mesmo, como a(s) cultura(s) política(s) e a(s) cultura(s) histórica(s) de um período fazem uso de mitos, símbolos e heróis do passado para conjugar parte de seus projetos de ação e de interpretação das sociedades do passado e do presente. De imediato, convém esclarecer que este livro faz parte de um projeto coletivo ambicioso, que já tornou público outros cinco livros: *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia* (2003); *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política* (2005); *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história* (2007); *Cultura*

política, memória e historiografia (2009); e *A escrita da história escolar: memória e historiografia* (2009). De certo modo, além de uma continuidade evidente nas discussões de um para o outro, há significativo aprofundamento teórico, metodológico e investigativo dos temas e das fontes e certo revezamento de autores em cada um deles.

Tal como os anteriores, este livro também agrupou um conjunto diversificado de discussões, que foram dispostas em partes temáticas, e reuniu 21 textos, distribuídos em seis partes. Na primeira, "Memória e Historiografia", reuniram-se três textos, de autoria de Margarida de Souza Neves, Angela de Castro Gomes e Luciana Quillet Heymann. Na segunda, "Memórias, Mitos e Heróis", outros três, de Lucia Maria Paschoal Guimarães, Renata Figueiredo Moraes e Elisa Frühauf Garcia. Na terceira, "Intelectuais, Memórias e Projetos Políticos", mais quatro, assinados por Maria da Conceição Francisca Pires, Fábio Franzini e Rebeca Gontijo, Maria Stela Martins Bresciani, Cecília Azevedo. Na quarta, "Etnicidade, Memórias e Direitos Políticos", outros três, de Maria Regina Celestino de Almeida, Vânia Maria Losada Moreira e José Maurício Arruti. Na quinta, "Gênero, Memórias e Práticas Políticas", mais cinco, de Rachel Soihet, Elizangela Barbosa Cardoso, Rita de Cássia Vianna Rosa, Flávia Cópio Esteves e Suely Gomes da Costa. Na sexta e última parte, "Cidade, Corte, Capital: entre memórias e histórias", outros três, de Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Marcelo de Souza Magalhães.

Em todos eles, direta ou indiretamente, houve preocupação com as tensões entre memória e história, projetos e práticas políticas, memórias e construção dos mitos, heróis e símbolos da nação e da nacionalidade, além de se evidenciarem as relações entre cultura política, cultura histórica e usos do passado. Em menor proporção, pretendeu-se dar subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de outras pesquisas nas temáticas abordadas (e também em outras).

Mesmo não sendo possível detalhar com a devida atenção cada um dos estudos, não há como deixar de tocar em alguns pontos instigantes. Para as organizadoras do volume,

a noção de *cultura política* tem se revelado útil para a compreensão das operações sociais que constroem sentidos de tempo e de história, por meio de dispositivos variados, entre os quais se destacam, nas sociedades contemporâneas, o ensino, a historiografia e a memória. Por sua vez, a noção de *cultura histórica* engloba as linguagens, os ritos, os mitos, os ideais, os projetos, as identidades, as práticas políticas de indivíduos, "famílias", grupos de dimensão variável que compõem uma sociedade. *Cultura política* e *cultura histórica* se articulam, na medida em que as representações do passado são essenciais na construção de imaginários e de projetos que orientam as ações coletivas. Atores coletivos e individuais recorrem e estabelecem usos mais ou menos conscientes da história e do tempo passado, presente e futuro, conforme as demandas de sua própria época (p. 13-14).

Daí decorrem algumas das escolhas teóricas e metodológicas da composição dos textos e das obras, cujas temáticas abordadas estão

intimamente relacionadas com o campo interpretativo fornecido pelo uso coerente das categorias de cultura política e de cultura histórica, ao visualizarem as relações entre memória, historiografia, práticas e projetos políticos, os quais dariam ensejo à análise de mitos, símbolos e ritos, assim como de identidade, etnicidade, gênero e papel exercido pelos intelectuais na construção desses discursos.

Como observa Margarida de Souza Neves (p. 33), devemos ter claro que o “tempo da memória é o presente, já que é no presente e para o presente e o futuro que fazemos memória”. A sua conjugação com a historiografia, desse modo, estaria não apenas em distinguir quais as memórias que são preservadas e quais são esquecidas, quais são pesquisadas e quais são deixadas em segundo plano, mas também em sistematizar os diferentes níveis das memórias coletivas e individuais com os outros resquícios documentais nos legados pelo passado. Já o texto de Lucia Maria Paschoal Guimarães procurou definir como são construídos os mitos sobre D. Pedro II, mediante uma análise rigorosa dos estudos históricos, em compasso com o movimento das memórias que foram elaboradas sobre o imperador. O trabalho de Renata Figueiredo Moraes se deteve nos usos que são feitos do passado para rastrear como foram construídos os símbolos e eleitos os heróis do maio de 1888; enquanto o de Elisa Frühauf Garcia analisou o papel dos índios na elaboração da história da Argentina.

De igual modo, são evidenciadas as relações entre os intelectuais, as memórias do passado e do presente e os projetos políticos. Nesse tópico, há a interessantíssima pesquisa de Fábio Franzini e Rebeca Gontijo, que abordaram de que maneira foi inventada uma moderna tradição de leitura dos estudos historiográficos, entre 1940 e 1960, ao tornarem uma parte dos ensaios produzidos nos anos de 1930 e 1940 uma referência obrigatória para a moderna pesquisa histórica e sociológica no País, sendo verdadeiramente os disseminadores de inovações tanto na abordagem de temas e fontes quanto na composição e apropriação de procedimentos operacionais de pesquisa, mas que no momento em que foram produzidos eram, quase sempre, não citados pelos arrolamentos bibliográficos. Nesse sentido, a introdução de Antônio Candido à obra *Raízes do Brasil*, para a 5ª edição, publicada em meados dos anos de 1960, tornar-se-ia paradigmática ao definir *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, como as grandes referências das gerações que se formariam, a partir dos anos iniciais da década de 1930, nas universidades brasileiras. Ressaltam ainda os autores (p. 159) que:

[...] não é outra coisa que fazem os diferentes trabalhos aqui analisados, da década de 1940 à década de 1960, de Nelson Werneck Sodré a Antônio Candido. Cada um deles é, portanto, legítimo e representativo do momento em que se inserem, espelhando, de certa forma, os significados que o trabalho de “pensar o Brasil” assumia para os intelectuais em seus contextos específicos. Da

mesma maneira, as diferenças e as proximidades entre si expressam a dinâmica desse mesmo pensar, que constitui os referenciais da historiografia brasileira, a qual, no decorrer desse período, se aproxima de modo definitivo aos parâmetros acadêmicos de produção do conhecimento histórico, acompanhando a afirmação dos próprios cursos superiores de História e a conseqüente especialização por ela acarretada.

Numa outra extremidade, em função do enfoque dado ao tema, mas se atendo ao mesmo período e autores, se situará o estudo de Maria Stella Bresciani, ao indicar os modos como o pensamento e as obras de Oliveira Vianna foram apropriados pela historiografia do período, em especial, pelas obras de Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior. Para ela,

diálogos entre intérpretes e diálogo nosso com eles proporcionam a possibilidade de estabelecermos redes de relacionamentos, referências partilhadas ou divergentes em suas posições teóricas ou interpretações das sociedades; mas proporcionam, principalmente e afinal, visualizarmos os autores em seus lugares, concordarmos ou discordarmos deles, sempre tendo em mente o tempo em que escreveram, as indagações que incitaram a essa tarefa e as respostas elaboradas a partir de opções e pontos de vista. Um quadro vivo resultante da recusa em bani-los de antemão ou de cristalizá-los como paradigmas; uma atitude respeitosa em relação às posições assumidas, ainda quando delas discordamos (p. 183).

Ao serem revistos os estudos desses autores, o próprio estudo de Antônio Candido pode ser percebido numa nova chave de leitura, visto que foi escrito num momento ditatorial, como foi o período em que apareceram os textos de Prado Jr., Holanda e Freyre. Desse modo, é compreensível por que Candido se aproximaria mais de Prado Jr. e Holanda, ao mesmo tempo que criticaria as abordagens de Freyre e Vianna. O estudo de Franzini e Gontijo (assim como os outros desse item) nos demonstra, portanto, as peculiaridades do contexto em que foram produzidas as interpretações sobre o Brasil na década de 1930 e por que vieram a ser canonizadas a partir da década de 1960, por meio do texto de Candido.

Igualmente interessantes serão os estudos sobre os discursos produzidos pelos intelectuais, em concordância com as exigências estatais de organização de uma cultura nacional em comum entre grupos e etnias, ao favorecerem o apagamento das diferenças étnicas e culturais, em especial, de grupos indígenas e afrodescendentes, para facilitarem sua incorporação à estrutura organizacional da pátria e da nação brasileira (p. 207-270). Também o serão os textos que fizeram tais interpretações, mas com o fim de estabelecerem as suas relações nas construções dos papéis sexuais e de gênero no País (p. 273-372). Delinear de que maneiras se conjugaram memórias e histórias nas leituras da Cidade, da Corte e da Capital (do Rio de Janeiro) não deixará, por seu turno, de configurar as tramas e as tensões da cultura histórica e da cultura política na conformação e organização daqueles diferentes discursos sobre o espaço urbano (p. 375-430).

Assim, rapidamente resumidos alguns pontos deste livro, pode-se observar suas contribuições para o melhor detalhamento das interconexões entre cultura política e cultura histórica, assim como sua operacionalidade para pensar e interpretar a construção dos discursos sobre mitos, ritos e símbolos nacionais, volta e meia em tensão com o gênero, a identidade, a etnia e a cultura dos indivíduos e dos grupos.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, C.; ROLLEMBERG, D.; KNAUSS, P.; BICALHO, M. F. B.; QUADRAT, S. V. (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

ROCHA, H. A. B.; MAGALHÃES, M. S.; GONTIJO, R. (Org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

SOIHET, R.; ABREU, M. C.; GONTIJO, R. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. F. S. (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOIHET, R.; ABREU, M. (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

Diogo da Silva Roiz, doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é professor dos cursos de História e de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Amambai, em afastamento integral para estudos.

diogosr@yahoo.com.br

